

# Amin apóia proposta de 7% para comprometimento de estados e municípios

por Gustavo Freire  
de Brasília

Por falta de quorum, a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal adiou ontem para a próxima terça-feira a votação da resolução que fixará os limites máximos de comprometimento das receitas dos estados e municípios com o pagamento de suas dívidas com a União. Mesmo assim, a reunião de ontem da comissão contou com o inesperado posicionamento do senador Espiridião Amin (PPR-SC) em favor da proposta de alguns estados de fixarem este limite em 7%.

Amin, que apoiava a proposta oficial de limitar esses desembolsos em 9% no primeiro ano, 12% no segundo e 15% nos demais, disse que estava revendo sua posição por discordar de alguns pontos do plano econômico do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. Em especial, o parlamentar criticou a intenção do governo de reter 15% das receitas da União que são transferidas para os estados com o objetivo de formar um fundo de emergência que cobrirá os gastos oficiais nas áreas sociais.

Na opinião de Amin, as duas medidas se contradizem e só demonstram que o ministro Fernando Henrique não pensou que os estados e municípios também precisam controlar suas



Espiridião Amin

contas. "Ou será que o déficit público é apenas um problema da União?", indagou.

A proposta foi prontamente apoiada pelos representantes das secretarias de fazenda dos estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul.

## DÍVIDA MOBILIÁRIA

Na próxima quinta-feira, os governos dos estados devem ter um primeiro contato com a direção do Banco Central (BC), que elaborará até o dia 5 de fevereiro do ano que vem os termos gerais da rolagem de aproximadamente US\$ 13,161 bilhões das suas dívidas mobiliárias.

Em princípio, os estados querem trocar seus títulos por papéis federais, que pagam uma taxa de risco menor.